

A inserção das cidades médias na rede urbana brasileira

The insertion of the medium size cities in the urban network of Brazil

Marly Nogueira,
Ricardo Alexandrino Garcia
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: A temática das cidades médias voltou à agenda da discussão atual, haja vista a multiplicação dos centros urbanos desse tipo, adicionada ao fato do aumento de sua importância na composição demográfica e nos indicadores econômicos do país. Esta situação resulta, por sua vez, das profundas transformações socioespaciais do território brasileiro. Consequentemente, o estudo em tela objetiva investigar a inserção das cidades médias na atual rede urbana nacional. Por meio de indicadores demográfico (população residente) e econômico (Índice de Terciarização), elaborase uma geografia econômica das cidades médias do Brasil. Considera-se que é preciso cautela na utilização dos dados estatísticos e na identificação e classificação desse tipo de centro urbano. Por outro lado, o esforço de geografizar/espacializar a inserção das cidades médias na rede urbana do Brasil é mais uma tentativa de análise de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica.

Palavras-chave: cidade média, Brasil, geografia econômica.

Abstract: In recent years the subject of medium-sized cities has returned to the research agenda. This is due to the multiplication of urban centers of this type in Brazil, as well as their increasing importance for the demographic composition and the economic situation of the country. Such a situation is the consequence of profound socio-spatial transformations suffered by the Brazilian territory, and consequently, this research focuses on the insertion of medium-sized cities into the actual urban system. Based on demographic (resident population) and economic indicators (index of services), an economic geography of medium-sized cities could be drawn. Caution is recommended when exclusively statistical data are applied for the identification and classification of this type of urban centers, however, mapping the insertion of medium-sized cities into the urban network of Brazil can be considered a valuable mean to understand more profoundly such a complex and dynamic reality.

Key words: medium-sized cities, economic geography, urban system, Brazil.

INTRODUÇÃO

A prevalência de estudos acerca da metropolização e do crescimento das grandes cidades no processo de urbanização do território e da sociedade brasileiros tornou-se marcante nas últimas décadas. Isto se deve ao fato da maior visibilidade alcançada por tais fenômenos no referido processo, adicionada aos problemas daí decorrentes relacionados,

entre outros condicionantes, ao “par economias/deseconomias de aglomeração”. Além disso, seria incorreto desconsiderar, que no atual ambiente da globalização, da internacionalização da economia e da constituição de uma socioespacialidade, cada vez mais organizada em redes (CASTELLS, 2006), as grandes cidades, principais nós das redes urbanas nacional e mundial, não constituíssem alvos de primeira grandeza

nas análises dos processos de urbanização. (NOGUEIRA e GARCIA, 2006).

Por outro lado, cresce de maneira cada vez mais relevante a visibilidade das cidades médias, tanto em termos de número de centros, como no total de população que elas acumulam. Esse crescimento das cidades médias, embora relativamente mais antigo nos países centrais europeus e estadunidenses, se apresenta em plena efervescência no Brasil da atualidade. Na verdade, o processo vem se desenrolando desde os anos de 1970, quando se verifica não somente o pico de crescimento das cidades grandes, mas também o aumento da participação das cidades médias na população urbana brasileira. (SANTOS, 1993). Diante de tais inflexões e de suas resultantes no processo de urbanização brasileiro, é preciso refletir sobre a inserção e as articulações multiescalares destes centros urbanos nas redes urbanas regional, nacional e mundial. O primeiro esforço nesse sentido é a busca do conceito de cidade média. Uma expressiva literatura já foi elaborada nessa direção e, embora esteja fora dos objetivos do trabalho em tela exaurir todas as fontes existentes, é possível levantar alguns pontos acerca dessa problemática. Este é o objetivo da seção a seguir. Como segunda seção – objetivo fim do trabalho – elaboram-se uma “geografia econômica” das cidades médias brasileiras, tendo como parâmetros a população total residente e o Índice de Terciarização, haja vista a espacialização destas na rede urbana nacional, conforme estudo já realizado para as cidades médias de Minas Gerais em Nogueira e Garcia (2006).

A PROBLEMÁTICA DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE CIDADE MÉDIA NO BRASIL

No bojo das discussões acerca da definição de cidade média, em busca de um conceito que possa abarcar toda a realidade que se apresenta extremamente heterogênea, está claro que somente a dimensão demográfica não é

suficiente para tornar tal realidade inteligível. Esse conceito, no mundo mundializado do século XXI (NOGUEIRA, 2003), deve considerar, sobretudo, o grau de complexidade funcional e a inserção multiescalar da cidade média nas redes urbanas regional, nacional e global (NOGUEIRA e GARCIA, 2006).

No Brasil dos anos 70, em virtude de uma ideologia desenvolvimentista alicerçada no desenvolvimento urbano-industrial, muito embora privilegiando as cidades grandes/grandes cidades – segundo Corrêa (1999) foi a época da “cidade mercadoria” –, verificou-se a primeira tentativa de definição de cidade média, tendo em vista a visibilidade que esta encontrou nos planos e políticas de desenvolvimento nacionais. Centralidade, hierarquia urbana, funcionalidade econômica e dimensão populacional foram os critérios adotados para a seleção e análise das cidades médias. A difusão do desenvolvimento se daria a partir das cidades médias, importantes nós de uma rede urbana, que já começava a se complexificar (II PND e nele incluso o Programa de Cidades de Porte Médio). Essa conjuntura perde força nos anos de 1980 e primeira metade dos anos de 1990, representada pela inflexão das políticas públicas em direção ao planejamento setorial. Por isso, a problemática da cidade média é, de certo modo, marginalizada, dada a magnitude alcançada pelos problemas advindos do crescimento exagerado das grandes cidades.

Em meados dos anos de 1990, a urbanização crescente do território e da sociedade, processo no qual é reforçado o papel das grandes cidades, como centros gestores e polarizadores do território, reflete as intensas transformações trazidas pela globalização e pela territorialização das redes globais. Ao mesmo tempo, e isto se tornou claro rapidamente, esse processo atinge toda a rede urbana, colocando em foco, novamente, as cidades médias. Nessa nova configuração, tendo em vista a separação estabelecida entre as funções de gestão – metrópoles – e de produção – cidades médias –, as cidades médias revelaram outras funções

além daquelas de serem os pontos da rede que realizam a mediação entre as pequenas cidades e a metrópole. Adicionalmente, as cidades médias tornaram-se importantes centros articuladores - pontos privilegiados - nos eixos de desenvolvimento nacionais, como também alternativas locais de investimentos produtivos e de tecnopólos (AMORIM e SERRA, 2001). Numa interpretação geográfica, Sposito (2001) salienta que a definição de cidade média deve considerar, também, a relevância do sítio e posição geográfica, das relações espaciais (consumo, sobretudo), de sua inserção na divisão do trabalho, da funcionalidade econômica e do problema da sua distância em relação aos centros urbanos mais importantes hierarquicamente.

As cidades médias estão se tornando, dado o ritmo de seu crescimento, o lugar de concentração da técnica e do trabalho intelectual, atividades necessárias para o desenvolvimento da economia de sua região, de sua hinterlândia, notadamente no que diz respeito às atividades agrícolas (NOGUEIRA, 2003). Por isso, de acordo com Santos (1993) e Santos e Silveira (2001), é que as cidades médias são as receptoras de grandes fluxos das classes médias, enquanto as metrópoles continuam a receber os pobres e os despreparados, embora estas mesmas, também permaneçam atraindo a riqueza, mesmo porque, permanecem concentrando as atividades de gestão do território.

A vitalidade econômica da cidade média é atestada por sua grande capacidade de gerar empregos, absorvendo significativa parcela da força de trabalho, remetendo à atração que tais cidades têm sobre os migrantes. A diversificação e a concentração de atividades terciárias (comércio e serviços) indicam a senda da especialização econômica e funcional, o que não impede que tais cidades não possam, também, ter um setor industrial com forte presença na economia local. De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 203), “[...] as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes

médias e um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza”. No contexto dos esforços de conceituação e definição das cidades médias brasileiras pode-se destacar o trabalho recente de Castelo Branco (2006). Trata-se de uma tipologia de cidades médias, na qual a identificação dos centros regionais, as cidades médias, foi feita tendo por base três critérios, ou seja, o tamanho populacional do município (entre 100.000 e 350.000 habitantes), a centralidade (poder de articulação entre os diferentes níveis de centros urbanos) e a matriz de fluxos aéreos (existência de linhas aéreas regulares com centros urbanos hierarquicamente superiores). A tipologia elaborada permitiu vislumbrar um quadro geral de grande desigualdade na distribuição espacial das cidades médias pelo território brasileiro, no qual são destacados quatro conjuntos de cidades – a própria tipologia elaborada –, diante de uma expressiva diversidade interna dos atributos selecionados para a análise.

Não obstante tratar-se de trabalho que se refere às cidades médias de Minas Gerais, Nogueira e Garcia (2006) também trazem uma contribuição importante no contexto da definição desse tipo de cidade no Brasil. A geografia econômica das cidades médias mineiras foi elaborada tendo como parâmetros a população residente e o índice de terciarização. Entre as considerações levantadas pelos autores questiona-se se os indicadores utilizados (população residente e índice de terciarização) são suficientes para a definição de cidade média, se as cidades periféricas metropolitanas podem / devem ser consideradas médias e, finalmente, se a investigação geoeconômica mais profunda e criteriosa da região na qual se localizam as cidades médias seria, complementarmente, o caminho a ser trilhado na direção do entendimento dos processos socioespaciais que estão por trás da própria existência da cidade média.

As considerações acima demonstram que ainda não foi possível construir um conceito

de cidade média que possa contemplar toda a complexidade da problemática, restando lacunas muito expressivas. Diante de tamanha diversidade e heterogeneidade, como conceituar cidade média? É possível uma tipologia que possa tornar inteligível a complexidade desta problemática?

A contribuição de Corrêa (2007) parece indicar que é possível a elaboração de um conceito de cidade média, na medida em que forem abandonadas aquelas imprecisões características quando da seleção e análise desse tipo de cidade. Tais imprecisões dizem respeito tanto ao antigo sonho do planejador e sua noção idealizada de cidade média, como às suposições dos acadêmicos que consideram como cidade média aquilo que eles desejam que sejam: a cidade média tem as vantagens da cidade pequena sem as desvantagens da grande; é rica funcionalmente, mas ainda pequena; 20.000, 600.000 habitantes? Isso é muito vago! Diante de um quadro dessa natureza torna-se necessária a construção teórica de um objeto de estudo, o conceito de cidade média.

Destarte, o autor citado chama a atenção que essa construção do conceito de cidade média somente será possível se, primeiramente, forem examinados três aspectos, que são, por definição, indissociáveis entre si: o tamanho demográfico, as funções urbanas e a organização interna da cidade média. Com o pressuposto da combinação desses três aspectos tornando-se a base para a elaboração de uma tipologia de cidade média, Corrêa (2006) levanta cinco pontos para orientar as reflexões para a construção pretendida; são eles: 1) a necessidade de estudos e reflexões teóricas sobre o tamanho demográfico e sobre as conexões com as escalas temporal e espacial (trata-se de um conceito relativo? um conceito provisório/transitório?); 2) a relevância da discussão, em virtude da necessidade de problematizar o real; 3) a cidade média é um constructo humano, um produto histórico, num determinado contexto histórico e geográfico, no qual integração, articulação e diferenciação somente aparecem

no território brasileiro nos últimos 50 anos, com a crescente complexificação da rede urbana nacional; 4) um quadro teórico é possível considerando três elementos: o papel da burguesia empreendedora, a localização relativa/posição geográfica e as interações espaciais da cidade média; 5) os esforços na direção da elaboração de uma tipologia para as cidades médias (tipos de cidade média: capital regional; centro de drenagem da elite fundiária; centros especializados, com atividades que se realizam a longa distância, mas com controle das elites locais/empreendedoras, esta última a típica cidade média).

No quadro acima descrito é importante salientar como determinados elementos de análise são destacados, tais como, a organização interna, o papel da posição geográfica ou localização relativa, as interações espaciais, o tamanho demográfico, mas, sobretudo, a necessidade de se refletir acerca do papel exercido pelas elites locais, empreendedoras na produção/construção da cidade média; afinal, a típica cidade média parece ser obra de suas elites locais. De fato, tal qual já analisado por Nogueira (2003), por exemplo, a cidade média de Sete Lagoas (MG) é fruto das estratégias e das ações de suas elites locais – muitas vezes com alcance regional e até nacional –, que, em determinados contextos histórico/geográficos, ao longo do século XX, construíram um lugar geográfico de relativa importância na hierarquia da rede urbana mineira, não obstante sua localização tão próxima da metrópole belo-horizontina. Por outro lado, tanto Corrêa (2006), como a autora citada levanta um questionamento quanto à capacidade das elites locais e seus lugares geográficos de se inserirem nas redes globais; se essa capacidade for suficiente e eficiente na manutenção da posição alcançada na hierarquia urbana, a cidade média existe e permanecerá existindo. Tudo dependeria das ações e estratégias de uma elite local, formada por uma burguesia empreendedora na direção da construção da cidade média.

A INSERÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS NA REDE URBANA DO BRASIL

A Centralidade Urbana Medida pelo Índice de Terciarização

Para a compreensão do que sejam as cidades médias brasileiras e sua inserção na rede de urbana do país, dimensões de natureza econômica não podem ser negligenciadas, uma vez que essas estão na base do processo que as definem, ou seja, a centralidade urbana. Nesse sentido, um bom método para a identificação do grau de centralidade urbana de uma localidade pode ser obtido por meio do seu índice de terciarização ajustado (ITa) que, como o nome sugere, é uma medida relativa da força do setor terciário dessa localidade (LEMOS et al, 2003; GARCIA, LEMOS e CARVALHO, 2004 e NOGUEIRA e GARCIA, 2006). Por um lado, o ITa indica a capacidade de ‘carregamento’ do conjunto das atividades econômicas pelos serviços ofertados por uma dada localidade ou região. Por outro, é um índice da capacidade de ‘transbordamento’ da oferta destes serviços para outras localidades, que são atraídas pelo lugar central para o consumo de seus serviços. O cálculo do ITa para todas as áreas de mercado de um macro espaço econômico possibilita o estabelecimento de uma hierarquia inter-regional baseada na densidade urbana destas áreas, dada pela dupla capacidade de ‘carregamento’ e ‘transbordamento’ de seus serviços.” (GARCIA, 2002). Formalmente, esse indicador pode ser definido pelas seguintes equações:

Equação 1: ÍNDICE DE TERCIARIZAÇÃO

$$IT_i = \frac{VAS_i}{PIB_i}$$

Em que VAs_i é o valor adicionado pelo setor serviço da localidade *i* e PIB_i é o Produto Interno Bruto (PIB) de *i*.

Em localidades cuja estrutura dos rendimentos dos setores econômicos é por demais esdrúxula, como é o de áreas de

baixíssima atividade econômica, podem ocorrer sérias distorções no cálculo do IT. Para evitá-las, emprega-se um fator de ponderação capaz de expressar simultaneamente um alto nível de atividade terciária, bem como um grande volume de atividades diretamente produtivas. Essa ponderação foi feita por meio de um conversor logarítmico de escala que atribui o maior PIB local, denominado PIB de referência, o fator 0,95. O cálculo para as demais áreas considera a proporção logarítmica inversa representada pela expressão abaixo:

Equação 2: PIB LOCAL CONVERTIDO

$$PIB_c = 1 - e^{-\left(\frac{\ln(0.05)}{PIB_{ref}} PIB_i\right)}$$

na qual: PIB_c representa o PIB local convertido; PIB_{ref} representa o PIB de referência e PIB_i representa o PIB local.

Uma vez obtido o PIB local convertido, pode-se ajustar o Índice de Terciarização efetuando-se o seguinte cálculo:

Equação 3: ÍNDICE DE TERCIARIZAÇÃO AJUSTADO

$$IT_a = IT_i \cdot PIB_c$$

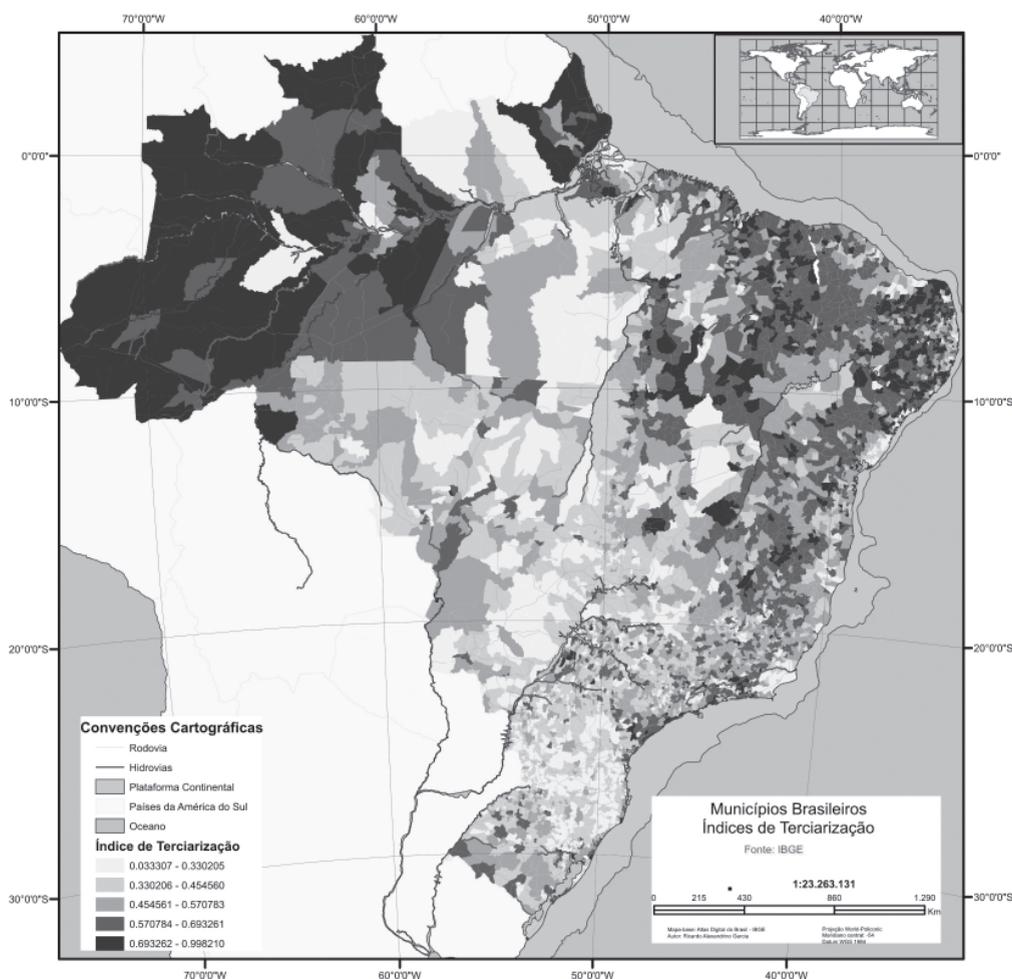
Dada a heterogeneidade do espaço econômico e geográfico do território nacional, adotar um critério único para a identificação das cidades médias seria fechar os olhos para essa diversidade, incorrendo-se em um grande problema teórico-metodológico. Nesse sentido, optou-se por flexibilizar o PIB de referência para o cálculo do ITa, de acordo com a Unidade da Federação de cada unidade mínima de análise, o município, tal como o proposto por Nogueira e Garcia (2006), que aplicaram essa metodologia para o caso de Minas Gerais.

Antes de se iniciar a análise dos resultados alcançados na elaboração dos mapas de Índice de Terciarização (mapas 1 e 2), é importante salientar que

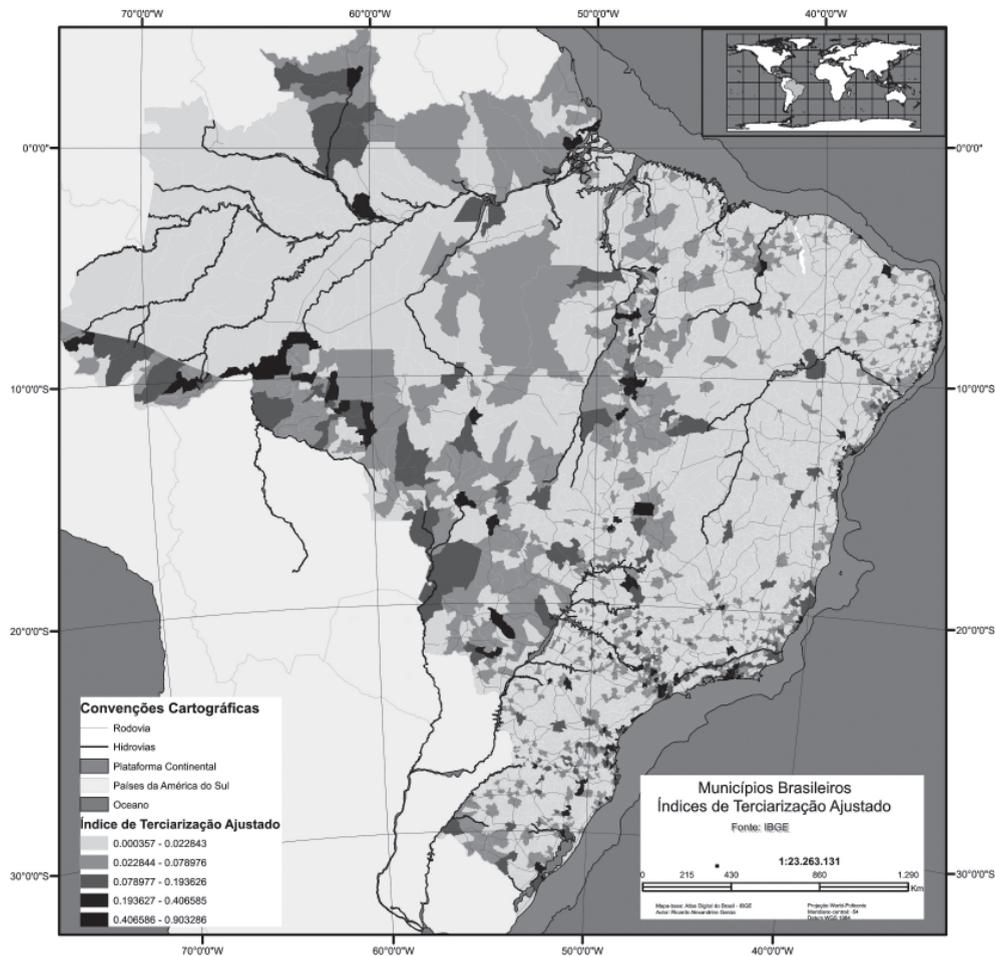
eles foram concebidos tendo por base a principal malha rodoviária e hidroviária do território brasileiro. Trata-se de uma opção operacional em função do ‘peso’ exercido pelos fluxos materiais estabelecidos entre os diversos pontos da rede urbana, na distribuição espacial das cidades médias no território.

Com relação ao mapa 1, no qual estão representados os IT dos municípios brasileiros sem ajuste ou flexibilização, os valores dos índices variam de 0,033307 a 1. A distribuição espacial demonstra que os ajustes são necessários, tendo em vista algumas discrepâncias observadas. Assim sendo, está claro como as centralidades municipais nas grandes regiões Norte e Nordeste parecem estar muito mais exacerbadas. Por outro lado, na região Centro-Sul há um maior ‘equilíbrio’ na distribuição espacial e um predomínio

de valores de centralidades medianos e baixos. A exceção fica por conta do estado de São Paulo, onde há grande quantidade de municípios com centralidades mais elevadas, certamente espelhando uma rede urbana mais equilibrada e complexa. A grande extensão dos municípios amazônicos, a ausência de uma malha rodoviária mais densa e, por extensão, de uma rede urbana mais complexa podem ser levantados como hipóteses para a explicação da configuração apresentada na região Norte. Finalmente, no caso do Centro-Sul, região dinâmica, por excelência, do território brasileiro, encontra-se uma configuração mais condizente com o real, na qual a rede urbana é mais complexa, havendo uma expressiva quantidade de centros urbanos com posições intermediárias na hierarquia urbana.



MAPA 1. Brasil - Índices de Terciáriação dos Municípios (sem ajuste)



MAPA 2. Brasil – Índices de Terciáriação dos Municípios Ajustados

O mapa 2 - IT dos municípios brasileiros, flexibilizados e ajustados pelo PIB da respectiva Unidade da Federação, parece resolver, em grande medida, as discrepâncias observadas no mapa anterior. De fato, a adoção do critério da flexibilização permite vislumbrar uma configuração da distribuição espacial das cidades médias muito mais perto da realidade da rede urbana brasileira na atualidade. Não obstante, algumas considerações merecem ser frisadas, como contribuição para a análise desse segundo mapa.

Assim sendo, pode-se perceber como há um predomínio, em todo o território nacional de centralidades municipais de valores mais baixos, muito embora os valores médios, propriamente ditos (0,078977 a 0,193626) estejam presentes com maior expressão nos estados do Centro-Oeste e Norte (com

exceção do Amazonas), além do Maranhão, no Nordeste. Trata-se de regiões de expansão da fronteira do capital, onde se percebe com clareza o 'arco' amazônico (Maranhão, Pará, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins), além das regiões de fronteiras internacionais, no Acre, no Amapá e em Roraima. O arco parece se apresentar mais dinâmico em Tocantins, Mato Grosso e Rondônia, diante da quantidade de municípios que possuem valores de IT mais elevados. Parece, também, que esse dinamismo, representado por um número maior de centros urbanos com maior centralidade ainda não atingiu, sobretudo, o estado do Amazonas, onde somente Manaus, a capital se destaca. Essa configuração poderia espelhar a permanência de uma rede urbana ainda muito simples, com uma única centralidade expressiva, uma rede dendrítica, cuja cabeça é, secularmente, a cidade

de Manaus.

No caso do Nordeste, uma rede urbana ainda dendrítica, com pouquíssimos centros urbanos de maior expressão na hierarquia da rede urbana, com óbvias exceções representadas pelas capitais-metrópoles, explica a distribuição das centralidades urbanas.

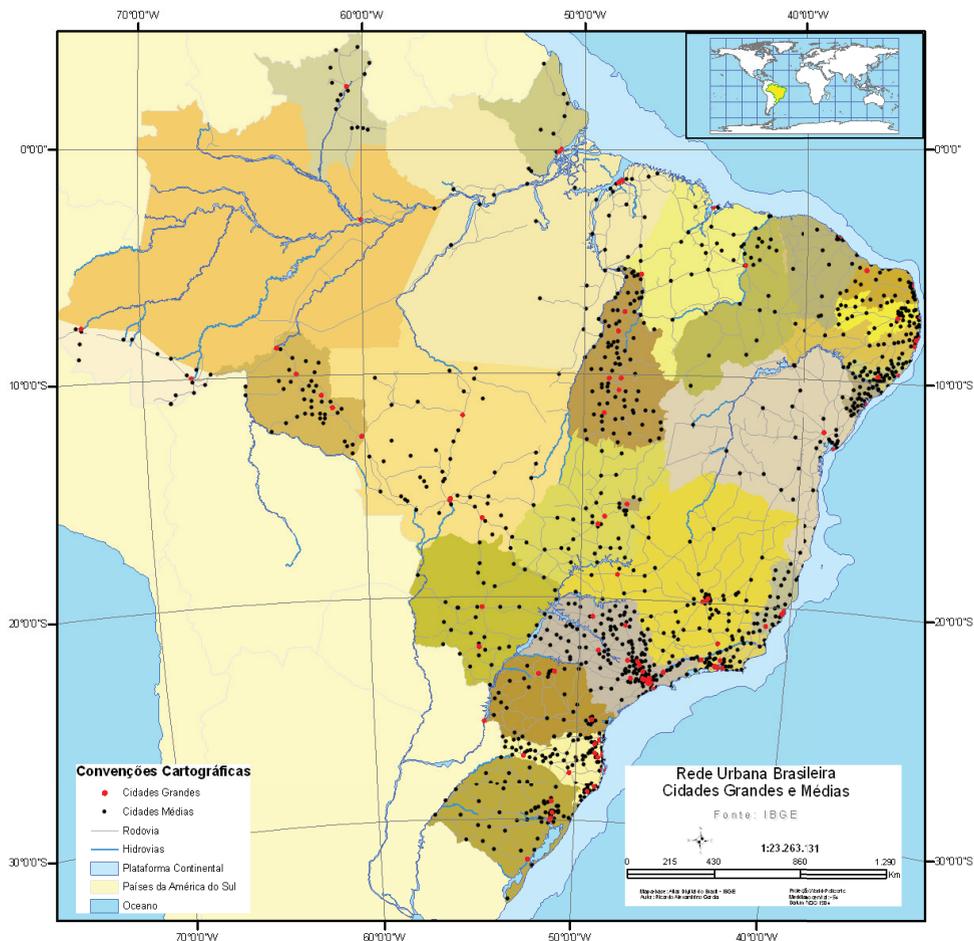
A configuração apresentada pelo Centro-Sul reflete uma rede urbana mais complexa, dada a maior quantidade de centros urbanos com valores de IT mais elevados, além de grande quantidade de municípios com valores médios. Novamente, o estado de São Paulo se destaca na região, considerando sua inserção na rede urbana nacional, reflexo de seu maior dinamismo geoeconômico.

Cidades Médias e Cidades Grandes na Rede Urbana Brasileira: breves considerações.

Com base na obtenção do Índice de

Terciarização municipais brasileiros, os mapas 3 e 4, a seguir, apresentam a distribuição espacial das cidades que alcançaram IT (ajustados – mapa 2) mais elevados e que poderiam ser inseridas numa tipologia de cidades médias brasileiras. Adicionalmente, dado que toda a malha municipal brasileira foi considerada, estão representadas as cidades grandes, isto é, sedes de municípios que conseguiram os maiores IT do país.

De acordo com a análise elaborada na seção anterior, o Índice de Terciarização, mesmo flexibilizado, apresenta algumas inconsistências em virtude de não considerar outras variáveis que certamente são muito importantes para se definir cidade média no Brasil; daí a grande quantidade de cidades que entram nessa classificação (mapa 3) que não poderiam ser classificadas como cidades médias. Não obstante e adicionalmente, algumas considerações merecem ser tecidas acerca dessa configuração.



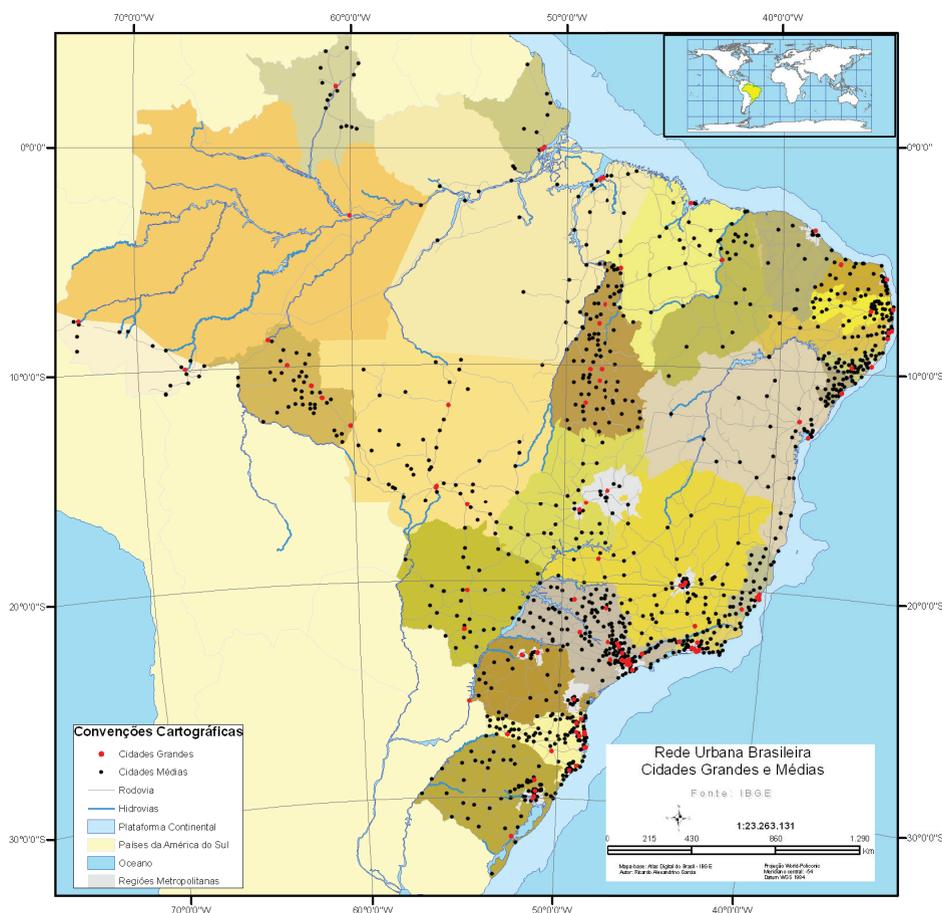
MAPA 3. Brasil – Cidades Grandes e Médias

A observação do mapa 3 permite verificar que a distribuição das cidades mais centrais pelo território brasileiro parece obedecer a uma espacialidade já conhecida: uma concentração dessas cidades na região Centro-Sul (região mais dinâmica do país), no litoral oriental nordestino (as metrópoles-capitais) e nos estados de Tocantins e de Rondônia, seguindo a direção de eixos rodoviários -Rondônia (BR 354) e Tocantins (Belém – Brasília) -, refletindo, nesse último caso, o peso dos eixos de transporte nessa configuração territorial.

Não obstante, é preciso relativizar o que se considera como cidade grande e média no Brasil, sobretudo porque tais considerações refletem que depende da localização da cidade na região de que se está falando – Centro-Sul, Nordeste ou Amazônia. No Centro-Sul é possível afirmar que a configuração se apresenta muito próxima do real. Situação semelhante parece ser a nordestina. Mas com relação à Amazônia, novamente, como explicar tantas “cidades grandes” e médias em Tocantins, em Rondônia e no Mato Grosso? Obviamente tal configuração tem a ver com a metodologia adotada, suas idiosincrasias e limitações, o que não exclui o fato dos três estados fazerem parte do ‘arco’ amazônico, região de intensa efervescência geoeconômica, a fronteira de expansão do capital. Adicionalmente, como se explica a ausência de cidades médias no estado do Amazonas e somente doze no Pará? Estes questionamentos sugerem a necessidade de mais pesquisas, mais trabalhos e estudos sobre a rede urbana brasileira. Fica, entretanto, evidente que a identificação de cidade com centralidade mais elevada, sobretudo se se refere àquela de cidade média, depende de sua localização em

relação às grandes regiões geoeconômicas brasileiras, tendo em vista o estado de dinamismo e complexidade geoeconômica alcançados por cada uma dessas regiões.

A consideração das Regiões Metropolitanas pretende introduzir um elemento a mais na análise (mapa 4). Nogueira e Garcia (2006) levantam um questionamento sobre o risco de se classificar as cidades periféricas metropolitanas como médias. Do ponto de vista do tamanho demográfico, muitas dessas cidades são até muito mais populosas que as verdadeiras cidades médias, mas, certamente, não se pode considerá-las como tal. Afinal, o tamanho demográfico, como se sabe, não é suficiente para definir uma cidade média. Além do mais, e muito mais importante que o tamanho populacional, é a autonomia das cidades médias, garantia de uma inserção diferenciada na rede urbana, fato inexistente em cidades metropolitanas. A metrópole não permite que suas cidades periféricas alcancem autonomia, sobretudo porque boa parte de seu dinamismo tem origem na própria expansão da metrópole e não nas ações e estratégias empreendidas localmente por uma burguesia, uma elite, fator gerador daquela autonomia.



MAPA 4. Brasil – Cidades Grandes e Médias com Regiões Metropolitanas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia econômica proposta no presente trabalho é um esforço de elaboração de espacialização das cidades médias no território brasileiro. A metodologia utilizada para tanto, que tem como parâmetros a população residente e o Índice de Terciáriação, possui grande validade, pois afinal permite a elaboração da espacialização pretendida. Por outro lado, é preciso cautela não somente em sua utilização, como também de qualquer outra metodologia que se limite somente a dados estatísticos na classificação de cidades médias no Brasil. A realidade geoeconômica brasileira é muito diferenciada, muito heterogênea, o que não impede, por outro lado que generalizações, como a proposta pela metodologia em tela não possam ser elaboradas. Por outro lado, são necessários estudos que tornem inteligíveis a

emergência dessa heterogeneidade, revelando os processos que a explicam, sobretudo no caso da rede urbana brasileira e a inserção das cidades médias nessa rede. Nesse caso, tal qual salientam Nogueira (2003) e Corrêa (2007), visando a construção de um conceito de cidade média e a inteligibilidade dos processos de sua emergência na rede urbana, é necessário levar em consideração não somente o tamanho demográfico e a funcionalidade da cidade média, como sobretudo, o papel da burguesia, empreendedora por excelência, e suas estratégias na construção da centralidade urbana dessa cidade média.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno e SERRA Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida, SERRA, Rodrigo Valente. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro:

IPEA, 2001. p.1-34.

CASTELLO BRANCO, Maria Luísa. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, SOBARZO, Oscar. (org.) **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2006. p. 245-277.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2006. 698 p. (Tradução de Roneide Venâncio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt).

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, v. 4, n. 6, p. 43-53, 1998.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.) **Cidades Médias: espaços em transição**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2007 p. 23-33.

GARCIA, Ricardo Alexandrino. **A migração como variável endógena: uma proposta de regionalização baseada em pólos econômicos e suas áreas de influência**. 2002. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG.

GARCIA, Ricardo Alexandrino, LEMOS, Mauro Borges; CARVALHO, José Alberto Magno de. As transformações das áreas de influência migratória dos pólos econômicos brasileiros nos períodos 1980-1991 e 1991-2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 21, n. 2, p. 259-281, jul/dez, 2004.

LEMOS Mauro Borges, DINIZ, Clélio Campolina, GUERRA, Leonardo Pontes, MORO, SUELI. A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica. **Estudos Econômicos**, v.33, n. 4, p. 665 - 700, out/dez, 2003.

NOGUEIRA, Marly. **Sete Lagoas: a dinâmica funcional de um lugar na rede urbana de Minas Gerais**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ.

NOGUEIRA, Marly, GARCIA, Ricardo Alexandrino. A Geografia Econômica das Cidades Médias de Minas Gerais. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS, 2006, UBERLÂNDIA. **Anais de textos**. Uberlândia: LAPUR, 2006.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil:**

território e sociedade no início do século XXI. 5a.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2a.ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GASPER, 2001. p. 609-643.

(Recebido em 15/08/2007 e aceito para publicação em 28/10/2007)

